

Estamos em Marcha! “Uma sobe e puxa a outra!”: a experiência da mobilização dos grupos de mulheres negras pernambucanas para a Marcha Nacional de Mulheres Negras¹

Domênica RODRIGUES²

Mariana REIS³

Marianna CARDOSO⁴

RESUMO

Este artigo pretende apresentar os caminhos de mobilização percorridos pelos grupos de mulheres negras de Pernambuco até a Marcha Nacional de Mulheres Negras realizada em Brasília no ano de 2015. Para isso, traçamos um breve histórico do surgimento da Marcha, que tem como principal objetivo dar visibilidade às situações de opressão e violência vividas por mulheres negras do Brasil. Em seguida, descrevemos como se deu a articulação no âmbito estadual e analisamos a experiência da comunicação para mobilização dos grupos de mulheres negras pernambucanas. Como método de pesquisa, utilizamos pesquisa bibliográfica, análise documental (registro das rodas de diálogo preparatórias e manifesto lançado como um dos resultados da Marcha) e observação participante. Visamos contribuir para a documentação e para a visibilidade dessa ação dentro da academia.

PALAVRAS-CHAVE: Pernambuco; Comunicação; Mobilização; Marcha Nacional das Mulheres Negras.

INTRODUÇÃO

Os grupos de mulheres negras começaram a se mobilizar em 2011 durante o Encontro Paralelo da Sociedade Civil, sediado em Salvador, que ocorreu dentro do encontro Ibero-Americano do ano de 2011, considerado o ano dos afros descendentes. Na ocasião, criou-se a ideia de se realizar uma Marcha para visibilizar a situação de opressões e violências vividas por mulheres negras no Brasil e no Mundo. Esta situação é declarada no texto do manifesto da Marcha e evidencia os motivos reais que levaram essas mulheres a irem para as ruas exigindo qualidade na aplicabilidade de políticas públicas para mulheres bem como denunciar a precária garantia existente na aplicação das políticas públicas existentes atualmente. A intenção inicial era aglutinar o máximo de organizações de mulheres negras, assim como outras organizações do Movimento Negro que apoiassem a equidade sociorracial, de gênero e o protagonismo de mulheres negras brasileiras. Para que que essas reflexões fossem construídas, iniciou-se uma sequência de atividades

¹ Artigo apresentado ao DT 07 – Comunicação, Espaço e Cidadania, do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – Caruaru - PE – 07 a 09/07/2016.

² Mestranda em Educação pela ESEAG Lusófona. E-mail: rodrigues.domenica@gmail.com.

³ Doutoranda em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: umamarireis@gmail.com

⁴ Graduanda em Rádio, TV e Internet pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: mariannalyrac@gmail.com.

formativas e colaborativas com grupos variados de mulheres feministas e identificadas como negras. Em Pernambuco, as atividades ocorreram em vários pontos da cidade do Recife e do Estado. Foi instituído um comitê consultivo estadual que coordenou as ações de mobilizações pelas macro, micro e mesorregiões entre o litoral e a região metropolitana, convocando mulheres, meninas e jovens negras para marchar cada uma do seu modo demonstrando consciência sobre as condições de vida da população negra no Brasil e no Mundo.

PERCURSO HISTÓRICO

Somos 49 milhões de mulheres negras, isto é, 25% da população brasileira. Vivenciamos a face mais perversa do racismo e do sexismo por sermos negras e mulheres. No decurso diário de nossas vidas, a forjada superioridade do componente racial branco, do patriarcado e do sexismo, que fundamenta e dinamiza um sistema de opressões que impõe, a cada mulher negra, a luta pela própria sobrevivência e de sua comunidade. Enfrentamos todas as injustiças e negações de nossa existência, enquanto reivindicamos inclusão a cada momento em que a nossa exclusão ganha novas formas (MANIFESTO DA MARCHA DAS MULHERES NEGRAS, 2015).

O movimento feminista vem à tona no século XIX com reivindicações iniciais voltadas para a igualdade entre os sexos e o reconhecimento das mulheres enquanto figuras históricas. O movimento negro, existente desde a época da escravidão, obviamente que não se figurava nos moldes de hoje, mas já podemos considerar movimentos de resistência à sociedade escravocrata como os primeiros passos para este movimento que luta por igualdade racial, de direitos e contra o preconceito.

É preciso pensar, no entanto, na minoria dentro das minorias. As mulheres negras sempre encontraram problemas na representação dentro destes dois movimentos. Ora porque dentro do movimento negro se depararam com o sexismo que as impedia de ocupar posição de igualdade junto com os homens negros, ora com a face racista do movimento feminista que privilegiava pautas que contemplavam somente mulheres brancas.

Surge então o movimento social feminista negro protagonizado por mulheres negras com o objetivo de promover e trazer visibilidade às suas pautas e reivindicar seus direitos. No Brasil, seu início se deu no final da década de 1970. A cisão das mulheres negras com o movimento feminista hegemônico não é fácil, muito menos facilmente aceito pela sociedade e pelo próprio movimento feminista, que muitas vezes deixa de levar em consideração pautas das mulheres negras por não enxergarem empaticamente os problemas vividos por estas mulheres. Este é, na verdade, o problema da generalização, por sermos

mulheres, há a tendência de nos classificarmos apenas enquanto ao gênero, esquecendo que somos muitas, múltiplas e carregadas de história de diferentes classes sociais, crenças e concepções de mundo.

A luta das feministas negras é uma batalha contínua para nivelar seu lugar ao lugar das mulheres brancas. E se levarmos em consideração o tempo dos movimentos sociais, o fim dos anos 1970 até os dias de hoje, é história recente, o que faz a luta da mulher negra ser ainda mais difícil pois precisa ainda, além de tudo, se firmar enquanto movimento.

A Marcha das Mulheres Negras surge como um grito que declara o repúdio às mais variadas formas de violência que o povo negro vem sofrendo. Todos os dias, um grande número de mulheres, jovens e meninas, no Brasil e no mundo, são submetidas a alguma forma de agressão. A violência contra as mulheres é a extrema manifestação de desigualdades, que foram sendo historicamente construídas e vigoram, com pequenas variações, nos campos racial, social, político, cultural e econômico da maioria absoluta das sociedades e culturas. No Brasil, a população feminina ultrapassou 103 milhões de mulheres em 2014. Uma em cada cinco mulheres considera já ter sofrido alguma vez algum tipo de violência de parte de algum homem, conhecido ou desconhecido segundo pesquisa da Fundação Perseu Abramo (2010). A pesquisa indica também que cerca de 60% das mulheres que ocupam celas de prisões e penitenciárias deste País são mulheres negras que têm seus corpos violados e dilacerados pela história e pelo machismo coronelista que vê a mulher negra como objeto de uso e não como pessoa (BOLETIM INFORMATIVO, 2015). Somos desafiadas a todo tempo a pensar e elaborar ações urgentes para superar a violência que mulheres e jovens negras, principalmente as mais pobres, tem vivenciado no Brasil. É urgente pensar em ações que as ajudem frente a realidade do extermínio da população jovem negra brasileira. Os números que a todo momento são anunciados nos revelam que é preciso fazer mais, e ir além das frentes para que possamos levar todos os povos a refletir sobre os caminhos e escolhas feitas até os dias de hoje. Preconceitos historicamente enraizados em nossa cultura podem, precisam e devem ser revistos.

Um bem viver, sem violência racial, sexista e homofóbica, com mulheres prontas para ampliar suas vozes, faz-se de extrema necessidade e importância. Somos o tempo inteiro silenciadas em uma sociedade que nos nega o direito a ter o mínimo de direitos.

Tais informações corroboram o surgimento do movimento nacional de mulheres negras que marcham por um mundo que se constitua para minimizar e até eliminar todas as desigualdades e violências históricas enraizadas hegemonicamente no seio de nossa cultura

e sociedade. Assim, surge o tema: *Marcha das Mulheres Negras contra o racismo, a violência e pelo bem viver.*

A MOBILIZAÇÃO NOS PROCESSOS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR: QUESTÕES TEÓRICAS

Ao tratar da mobilização social como forma de construir a democracia e a participação, Toro e Werneck (2004) definem mobilização social como processos de reunião de grupos populares com objetivos em comum, com dedicação contínua e resultados cotidianos. Deste modo, o conceito de mobilização social vai muito além das manifestações públicas e passeatas, comumente associadas ao termo.

Ao tratar dos desafios da mobilização, Toro (1996, 1997) citado por Rabelo (2002, p. 97), explica que mobilizar significa convocar vontades para atuar na busca de um propósito, com interpretações e sentidos compartilhados. Assim, “participar ou não de uma mobilização é uma escolha, uma decisão individual que depende, essencialmente, das pessoas se verem ou não responsáveis e capazes de produzir e construir mudanças” (RABELO, 2002).

Ainda para Toro (1996, 1997) *apud* Rabelo (2002, p. 97), só através da mobilização social será possível construir uma nova forma de convivência democrática, baseada na cidadania e no desenvolvimento, permitindo que a sociedade civil possa sair da etapa da adesão para a de deliberação.

De acordo com Wittkamper (2006), “alguns movimentos, visíveis ou invisíveis, apontam possibilidades de ação e mobilização de atores. Embora muitas vezes desconhecidas pelo público em geral, essas ações e mobilizações vêm construindo desenvolvimento, sentido de pertencimento e fortalecimento de identidades”.

Sobre mobilização nos movimentos populares, tem-se que:

Se, por um lado, os movimentos sociais populares representam formas de lutas das classes subalternas para se avançar na *democratização da cidadania*, por outro, sempre há *necessidade de mobilizar pessoas ou mesmo se iniciar processos novos de articulação* visando à consecução de metas com vistas ao desenvolvimento humano (PERUZZO, 2010, p. 240, grifos nossos).

Paiva também já havia apontado para esse tipo de mobilização comunitária ao dizer que, no País, “a comunidade pode ser responsável por um aspecto dinâmico e reivindicatório. Os grupos que se constituem e têm por vínculo questões de interesse comum (...) podem ter um

papel real e uma tarefa nada ilusória junto ao poder decisório, que se burocratiza e se abstrai cada dia mais, tornando mais difícil o seu acesso” (PAIVA, 1998, 231-232).

Dito de outro modo, “os indivíduos agrupados por interesses comuns, podem retomar como cidadãos a possibilidade, que lhes foi negada, de interferir nas decisões do poder público” (PAIVA, 1998, 231-232).

Para Demo (2000), o processo de participação não é algo finalizado. Trata-se de uma construção permanente, que vai sendo conquistada aos poucos. Por isso, há a necessidade constante de mobilização. A participação pode ocorrer de distintas formas, desde uma participação de nível mais básico, que corresponde ao responder/interagir socialmente de forma superficial, passando pela gestão compartilhada e chegando até o nível mais alto de participação, que seria a auto-gestão, poucas vezes colocada em prática pelos grupos populares (PERUZZO, 1998).

De acordo com Santos (2002, p. 69), “tanto na Índia quanto no Brasil as experiências mais significativas de mudança na forma da democracia têm sua origem em movimentos sociais que questionam as práticas sociais de exclusão através de ações que geram novas normas e novas formas de controle do governo pelos cidadãos”. A partir da revisão de vários autores, Santos (2002) conclui que a participação democrática, no Brasil, surge no seio dos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980 que culminaram nos processos de redemocratização do País.

Ainda seguindo as conclusões do autor, temos que, no caso brasileiro “a motivação pela participação é parte de uma herança comum do processo de democratização que levou os atores sociais democráticos, especialmente aqueles oriundos dos movimentos comunitários, a disputarem o significado do termo participação” (SANTOS, 2002, p. 65).

MOBILIZAÇÃO PARA A MARCHA DAS MULHERES NEGRAS

Aqui, descrevemos como se deu a articulação da Marcha no âmbito estadual e analisamos a experiência de mobilização dos grupos de mulheres negras pernambucanas por meio de pesquisa bibliográfica, análise documental (registro das rodas de diálogo preparatórias, chamada, relatórios dos encontros e manifesto lançado como um dos resultados da Marcha) e observação participante, uma vez que duas das autoras participaram das reuniões preparatórias e uma delas participou da Marcha Nacional em Brasília.

Em todo o Brasil, os processos de mobilização para a Marcha Nacional das Mulheres Negras começaram muito antes da execução da marcha em si, por volta de março de 2014. A articulação envolveu grupos de mulheres ligados a organizações não-governamentais, associações de bairro e coletivos. Em Pernambuco, as reuniões do Comitê Impulsor da Marcha ocorriam quinzenalmente, em espaço cedido pela Faculdade de Direito do Recife, e tendo à frente organizações como SOS Corpo-Instituto Feminista para a Democracia, Cidadania Feminina, Centro de Mulheres do Cabo, Redes de Mulheres do Terreiro, Fórum de Mulheres de Pernambuco, Articulação de Mulheres de Bairro, entre outras.

Além da presença das representantes dessas entidades, que puxavam o diálogo, as reuniões eram abertas a quaisquer grupos de mulheres negras que quisessem participar e a mulheres negras que não estavam ainda integradas a nenhum coletivo ou organização, mas que se identificavam e/ou se interessavam pela idéia da mobilização. O maior ponto em questão era se identificar enquanto *mulher negra*, o que envolve, indubitavelmente, não só questões fenotípicas, mas de identidade racial, do *reconhecer-se negra*.

Além das reuniões abertas do comitê impulsor, envolvendo números variados de participantes por encontros foram realizadas rodas de diálogo em comunidades da região metropolitana do Recife e eventos nas macrorregiões de desenvolvimento do Estado, de forma itinerante, como o ensaio fotográfico Julho das Pretas, rodas de debates, visitas a quilombos e participação no Festival de Inverno de Garanhuns (FIG): ações de formação, organização e estruturação.

Um dos momentos preparatórios para a realização da Marcha, em nível estadual, foi a realização de rodas de diálogo nos municípios com a temática: Mulher Negra, Racismo e Violência.

Tais rodas de conversa possibilitaram a troca de relatos entre mulheres de diferentes níveis geracionais e experiências de vida. Muitas delas, que antes da mobilização não participavam de coletivos e grupos de mulheres, tiveram a oportunidade, na ocasião, de debater temáticas poucas vezes discutidas em seus grupos de convivência originários – na família, no trabalho, entre os pares. O registro de algumas falas de participantes desses momentos traz sentimentos de partilha, de identificação com as histórias de vida, de negação de direitos, de pouco acesso a políticas públicas, etc.

De acordo com a chamada para a Marcha, a mobilização se dá pelo fim do feminicídio de mulheres negras e pela visibilidade e garantia de nossas vidas; pela investigação de todos os casos de violência doméstica e assassinatos de mulheres negras, com a penalização dos

culpados; pelo fim do racismo e sexismo produzidos nos veículos de comunicação promovendo a violência simbólica e física contra as mulheres negras; pelo fim dos critérios e práticas racistas e sexistas no ambiente de trabalho; pelo fim das revistas vexatórias em presídios e as agressões sumárias às mulheres negras em casas de detenções; pela garantia de atendimento e acesso à saúde de qualidade às mulheres negras e pela penalização de discriminação racial e sexual nos atendimentos dos serviços públicos; pela titulação e garantia das terras quilombolas, especialmente em nome das mulheres negras, pois é de onde tiramos o nosso sustento e mantemo-nos ligadas à ancestralidade; pelo fim do desrespeito religioso e pela garantia da reprodução cultural de nossas práticas ancestrais de matriz africana; pela nossa participação efetiva na vida pública.

O tema *Pelo Bem Viver, pelo Fim da Violência e do Racismo*, trazido pela mobilização, põe em evidência algumas das principais reivindicações dessa articulação de mulheres negras. O conceito do Bem Viver, de acordo com texto publicado em boletim pelo Comitê Impulsor de Pernambuco, “se fortalece na América Latina com a denúncia e crítica ao modelo desenvolvimentista exploratório (...). Assume também a dimensão de conquista de direitos civis, sociais e econômicos para segmentos historicamente discriminados. Às mulheres negras, sobre quem se articularam formas estruturais e superestruturais de opressão, deve-se garantir uma vida livre de violência” (BOLETIM INFORMATIVO, p. 2, 2015).

A mobilização para a Marcha no Estado foi além de recursos humanos. Para arrecadar recursos financeiros, as organizações que compuseram a organização em Pernambuco também realizaram bingos, feijoadas, dentre outros eventos, para angariar fundos. Assim, os eventos envolviam também as comunidades em que as organizações e coletivos de mulheres estavam inseridos, ou seja, havia a intenção da mobilização comunitária no contexto de construção da Marcha Nacional, que aconteceu no dia 18 de novembro de 2015, em Brasília, dentro do Mês de Consciência Negra.

Finalmente, a organização da Marcha documentou a carta-manifesto intitulada *Estamos em Marcha! Uma sobe e puxa a outra!* com suas principais pautas de reivindicações para o Governo Federal, contendo como pontos de destaque: direito à vida e à liberdade; promoção da igualdade racial, direito ao trabalho, ao emprego e à proteção das trabalhadoras negras em todas as atividades; direito à educação; direito à justiça; direito à terra, território e moradia/direito à cidade; justiça ambiental, defesa dos bens comuns e a não-mercantilização da vida; direito à seguridade social (saúde, assistência social e previdência social).

Vale ressaltar que a escolha de Brasília, capital federal, para sediar a mobilização, não se deu à toa. A cidade é historicamente elegida pelos movimentos sociais para receber protestos, manifestações, marchas, por ali estar fisicamente sediado o governo federal, representado pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Para Maria da Glória Gohn (2014), nos processos históricos a praça, a rua, o espaço público é escolhido intencionalmente pelos movimentos para abrigar suas mobilizações desde que o centro da cidade deixou de exercer suas funções originárias de espaço de lazer, já no final do século XIX. Assim sendo, pode-se dizer que a escolha de Brasília também tem um sentido simbólico. Em agosto último, a capital federal já recebera a 5ª edição da Marcha das Margaridas, com participação de cerca de 70 mil mulheres rurais.

PÓS – MARCHA

Finalizada a mobilização e a realização da Marcha em si, ficam alguns questionamentos: E depois? Durante a Marcha, um manifesto reivindicatório foi entregue ao Governo Federal. Mas como realizar o controle social no atendimento das pautas e demandas? Como segue a articulação dos grupos de mulheres negras, após a realização da Marcha? A Marcha se encerra em si, enquanto evento com princípio, meio e fim, ou poderá seguir enquanto articulação da sociedade civil organizada? Poderia a Marcha Nacional das Mulheres Negras ser categorizada enquanto “novo movimento social”, a partir dos elementos elencados por Gohn, ao conceituar os movimentos sociais do século XXI (2007)?

Mais do que respostas prontas, tentaremos aqui apontar luz para algumas possibilidades. Em primeiro lugar, enxergamos a Marcha não como movimento social em si – mesmo a partir da categoria de novos movimentos sociais, mais difusos, com pulverização de protagonismos, etc. – mas enquanto mobilização, de fato: categoria, aliás, a partir da qual trabalhamos em todo o artigo. Ela difere, inclusive, dos protestos e manifestos populares que vêm acontecendo no Brasil nos últimos anos, como as jornadas de junho de 2013, e que têm um perfil mais jovem, de articulação via redes sociais, conforme esclarece Gohn (2014).

Sua mobilização foi feita de forma direta, puxada por organizações, e a partir de articulações nas comunidades, nos bairros, nos municípios, nos estados. Assim, grosso modo, sua realização estaria mais próxima de mobilizações como a já citada Marcha das Margaridas ou mesmo outras como a Marcha Nacional pela Reforma Agrária, cuja última

ocorrência foi em 2005. Ambos os exemplos, aliás, são de mobilizações ligadas aos movimentos de trabalhadoras e trabalhadores rurais, como Contag e MST.

Entretanto, a continuidade da Marcha das Mulheres Negras, com certa periodicidade, vai depender de vários elementos, tais como a manutenção dos grupos de mulheres negras e a articulação de novos coletivos, atuando na perspectiva da garantia dos direitos, em nível nacional, estadual e local (municípios, bairros, comunidades). Assim, a Marcha, como mobilização nacional, *visibiliza* em evento público – e podemos até mesmo dizer, *midiático* – as pautas desse grupo social, mas a luta pelo acesso às políticas públicas precisa ser feito no dia-a-dia por meio das mulheres negras organizadas a partir de pautas comuns.

Nas palavras de Gohn (2007), uma das principais características dos novos movimentos sociais é a compartimentalização das reivindicações. Se antes, basicamente, as principais diferenças se encontravam entre movimentos do campo e da cidade, desde a década de 1990, as pautas são múltiplas: o movimento ecológico, assim, atua na complexidade relação entre campo e cidade. E, no que diz respeito ao nosso estudo, o movimento de mulheres também conta com suas especificidades: dentro do movimento de mulheres, há o movimento de mulheres negras, e as questões relativas às mulheres negras lésbicas, por exemplo. Ou seja, são grupos da sociedade civil organizada que intercalam pautas dos movimentos de mulheres, do movimento negro e LGBT. O desafio se constitui em atender às especificidades de cada grupo social, sem perder de vista a causa comum.

Outro ponto a ser observado, ainda, é buscar a perspectiva da comunicação na mobilização desses grupos e coletivos de mulheres. Em tempos de redes sociais e novas formas de comunicação digital, faz-se imprescindível utilizar dessas ferramentas para mobilizar ainda mais mulheres negras para as pautas de interesse comum. Embora a organização da Marcha tenha utilizado em sua mobilização listas de e-mails, Facebook e blog, percebe-se que a apropriação dessas ferramentas ainda é incipiente. Logo, a nosso ver, outro desafio do movimento de mulheres negras que vem à tona com a Marcha é a necessidade de beber da fonte do conhecimento das experiências das associações e organizações tradicionais de mulheres negras (que puxaram a Marcha) e aprender também com os novos coletivos, que também participaram da Marcha, e que já desenvolvem novas possibilidades de mobilização pela comunicação.

Por fim, nota-se que, para além da mobilização para a participação, os grupos, coletivos e movimentos de mulheres negras poderiam avançar na busca de uma efetiva participação social e popular, a partir dos princípios da democracia participativa. Isso significaria a

participação em conselhos de controle social (como os conselhos de saúde e de assistência social), conferências de políticas públicas, dentre outras possibilidades de atuação direta no espaço público, algo já colocado pela própria chamada da Marcha quando afirma que se luta por uma “participação efetiva na vida pública”.

REFERÊNCIAS

BOLETIM INFORMATIVO DO COMITÊ IMPULSOR DA MARCHA DAS MULHERES NEGRAS EM PE. Recife: SOS Corpo, 2015.

DEMO, P. **Participação é conquista**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GOHN, M. G. **Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e Praças dos Indignados no Mundo**. Petrópolis: Vozes, 2014.

GOHN, M. G. (Org.) **Movimentos Sociais no século XXI**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MANIFESTO DA MARCHA NACIONAL DAS MULHERES NEGRAS. Brasília: MMN, 2015.

PAIVA, R. O Acampamento Comunitário. **ECO - Publicação da Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da ECO/UFRJ**, Rio de Janeiro, 1998.

PERUZZO, C. **Comunicação Comunitária nos Movimentos Populares**: a participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998.

RABELO, D. **Comunicação e mobilização social**: a Agenda 21 local de Vitória (ES).2002. Tese (Doutorado em Comunicação) -Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo, 2002.

SANTOS, B. de S. (Org.). **Democratizar a Democracia. Os caminhos da democracia participativa**. Porto: Afrontamento, 2002.

TORO, J. B.; WERNECK, N. M. **Mobilização Social**: um modo de construir a democracia e a participação. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

WITTKAMPER, L. H. Juventude: Atores da Construção da nossa História. In: DUARTE, N. **Frutos do Brasil**: Histórias de Mobilização Juvenil. São Paulo: Paidós, 2006.